

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANATINGA**Secretaria de Apoio e Planejamento
C.G.C. 15.023.971/0001-24

PROJETO DE LEI Nº 018/96

Câmara Municipal Paranatinga-MT
ENTRADA NA SECRETARIA
201 06/1996
Protocolo Nº
SECRETÁRIO

"Autoriza o Poder Executivo a Contratar operações de Crédito Externo e dá outras providências".

O Sr. JOSÉ BARBOSA DE MOURA, Prefeito Municipal de Paranatinga, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no inciso XXV, do artigo 69 da Lei Orgânica do Município.

Faço saber, que a Câmara Municipal aprovou e eu promulgo e sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a, em nome do Município de Paranatinga-MT., contratar e garantir operações de Crédito Externo, no valor de até R\$ 3.900.000,00 (Três milhões e novecentos mil reais), destinado a:

- | | | |
|---|----------------|---|
| 01) Recuperação de Estradas Vicinais..... | R\$ 500.000,00 | / |
| 02) Construções de Pontes..... | R\$ 500.000,00 | / |
| 03) Construção de Salas de Aulas..... | R\$ 300.000,00 | / |
| 04) Construção do Prédio da Prefeitura..... | R\$ 600.000,00 | / |
| 05) Construção de Casas Populares..... | R\$ 300.000,00 | / |
| 06) Construção da Escola Agrícola..... | R\$ 300.000,00 | / |
| 07) Aquisição de Epto Hospitalar..... | R\$ 200.000,00 | / |
| 08) Construção da Policlínica e Posto de Saúde..... | R\$ 400.000,00 | / |
| 09) Construção do Ginásio de Esportes..... | R\$ 500.000,00 | / |
| 10) Aquisição de Máquinas e Caminhões..... | R\$ 100.000,00 | / |
| 11) Construção do Ginásio Municipal..... | R\$ 100.000,00 | / |
| 12) Construção da Lavanderia Pública..... | R\$ 100.000,00 | / |

a fim de fazer face a despesas de capital prevista na Lei Orçamentária do presente exercício.

Parágrafo Único - A operação de que este artigo, será processada nos termos da Resolução 69/95, de 14/12/1995, do SENADO FEDERAL.

Art. 2º - Para garantia do pagamento de reembolso do

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANATINGA**

Secretaria de Apoio e Planejamento
C.G.C. 15.023.971/0001-24

contraída pelo Município, observada a finalidade indicada no artigo 1º fica o Poder Executivo autorizado a ceder à instituição financeira responsável pela emissão da garantia de pagamento de referidos compromissos parcelas de direito creditícios dos recursos provenientes do Fundo de Participação dos Municípios - F.P.M. e do imposto sobre Operações Relativas a Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transportes Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - I.C.M.S. e/ou do produto de arrecadação de outros impostos, na forma da legislação em vigor. Em caso de insuficiência de parte dos depósitos bancários para a quitação dos encargos contratuais e/ou ainda, na hipótese de extinção dessas receitas, a garantia será sub-rogada sobre os fundos ou impostos que venham a substituí-las, durante o prazo de vigência do contrato de operação de crédito autorizado por esta Lei:

Art. 3º - O prazo de amortização da dívida a ser contraída com a efetivação da operação de Crédito autorizado por esta Lei, será de até 15 exercícios de 360 dias cada um, contados a partir da data da "Funding" da operação, sendo que a modalidade operacional será a emissão de Eurotítulos da Dívida Pública, em U.S. dólares, a serem negociados nos mercados de capital externos, mediante oferta pública ou colocação privada.

Art. 4º - O Poder Executivo consignará nos orçamentos anuais e plurianuais do Município bem como na Lei de Diretrizes Orçamentárias durante o prazo que vier a ser estabelecido para operação de crédito, dotações suficientes ao pagamento relativas a amortização do principal e do serviço da dívida.

Art. 5º - Fica igualmente o Poder Executivo autorizado a contratar de acordo com a Lei nº 8.883, de 08/06/94, instituição financeira especializada para atuar como "Merchant Banker" na qualidade de Coordenador Global, e Empresas de Assessoria, Intermediação e Negócios, para o processo de captação de recursos financeiros, na modalidade operacional prevista.

Art. 6º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Paranatinga-MT,
em 19 de Junho de 1.996.